

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP****1. INTRODUÇÃO**

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos, e a efetividade dos serviços prestados por esta Secretaria, no que tange a rede de Atenção às Urgências, componente este da Rede de Atenção à Saúde (RAS).

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

É crucial que o Município implemente medidas para garantir o eficiente funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento (UPA). Isso implica em organizar tanto o corpo de profissionais quanto a infraestrutura física, através da aquisição de materiais e contratação de serviços necessários.

Em particular, a limpeza e sanitização das roupas e uniformes emergem como uma medida indispensável para atender às exigências da Secretaria de Saúde de Dois Vizinhos. Essa ação visa manter o adequado funcionamento da UPA, assegurando a qualidade da assistência prestada aos pacientes e aos servidores da saúde, além de estar em conformidade com as normas técnicas de processamento de roupas hospitalares da ANVISA e garantir um controle eficaz na prevenção de agentes biológicos.

O processamento de roupas de serviços de saúde envolve atividades com riscos à saúde dos trabalhadores, usuários e ao meio ambiente, sendo, portanto, objeto de regulamentação por parte da vigilância sanitária. A mitigação desses riscos traz benefícios econômicos, sanitários, trabalhistas e ambientais para a Administração Pública. Assim, busca-se garantir o manejo adequado das roupas hospitalares, visando minimizar os riscos ocupacionais e a contaminação do ambiente de trabalho.

Em última análise, o objetivo deste estudo é prevenir a propagação de infecções hospitalares e garantir um ambiente seguro para todos os envolvidos no atendimento de urgência pela equipe da UPA 24 horas.

3. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2024;
- II. Data de publicação no PNCP: 24/01/2024;
- III. Id do item no PCA: 39;
- IV. Classe/Grupo: 851 – Serviços de Agências de Empregos e Fornecimento de Pessoal;
- V. Identificador da Futura Contratação: 987541-110/2024 – Prestação de Serviços de Lavanderia.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)**

- a) Registro na ANVISA para funcionamento e utilização de materiais e produtos químicos conforme normas estabelecidas pela Legislação vigente.
- b) Atestado de capacidade técnica em lavagem de roupa com contaminação biológica.
- c) A CONTRATADA deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa, dotada de condições totais para suprir a necessidade - desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada de modo que garanta a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e entrega da roupa por meio de veículos adequados.
 - I. Documento de propriedade da lavanderia em nome da empresa/sócio(s) ou contrato de locação.
 - II. Documentos dos veículos adequados de propriedade da empresa/sócio(s) ou contrato de locação, um para retirada da roupa suja e outro para entrega da roupa limpa.
- d) A empresa deve possuir capacitação técnica comprovada para execução do serviço.
- e) Licença Sanitária - A empresa, no ato do processo licitatório, deverá apresentar documentação comprovando que o objeto social da empresa é a prestação de serviços de Lavanderia Hospitalar, bem como que possui instalações devidamente autorizadas pelos órgãos reguladores do setor para exercer a atividade-fim.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

A Secretaria de Saúde estimou a quantidade necessária de serviços com base no fluxo de atendimentos, que apresentou um aumento expressivo, especialmente entre os meses de abril e agosto, devido ao período de inverno. Durante esses meses, a demanda por atendimentos hospitalares cresce de forma significativa, gerando um impacto direto no uso de recursos, como roupas de cama e demais itens de roupa hospitalar. Cada atendimento realizado requer a substituição completa desses itens, o que intensifica ainda mais a demanda pelos serviços de lavanderia.

Adicionalmente, é importante ressaltar que o saldo disponível no Pregão 34/2024 mostrou-se insuficiente para atender a essa demanda crescente. A combinação entre o aumento do fluxo de atendimentos e a necessidade constante de reposição de material hospitalar, intensificada pelo período sazonal, justifica a necessidade de ampliação dos serviços contratados.

**6. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DISPONÍVEIS (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021)**

Em atendimento ao inciso V, do §1º, art. 18 da Lei 14.133/2021, foi realizada ampla pesquisa de mercado com objetivo de definir as possíveis soluções, com análise em contratações similares por outros órgãos e entidades, onde se observou como opções:

- **SOLUÇÃO 1:** Ampliação de Lavanderia nas dependências da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas. Entende-se que esta opção torna-se menos vantajosa para administração, pois implicaria em um maior lapso temporal para execução dos serviços, tendo em vista a necessidade de tempo, pessoal, estrutura, planejamento arquitetônico para adequada utilização da área a ser ocupada; previsão orçamentária e inclusão no Plano Anual de Contratações, construção/instalação da estrutura, compra de equipamentos e materiais apropriados, contratação e/ou capacitação dos colaboradores para atendimento da demanda de forma especializada. Portanto, essa é uma alternativa inviável diante da necessidade imediata do serviço, mas, é uma alternativa que pode ser discutida a longo prazo.
- **SOLUÇÃO 2:** Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de lavanderia. A terceirização, nesse caso, mostra-se claramente como a melhor opção, visto que não compensaria o esforço financeiro e de recursos humanos para a ampliação da lavanderia, pois na contratação haverá um início mais célere na execução dos serviços, ganho de espaço físico para outros serviços e redução da quantidade de colaboradores para essa demanda, impactando no menor gasto com recursos financeiros, bem como, maior atenção para atividades principais. Portanto, essa é uma alternativa viável e a que melhor se amolda à necessidade da contratação em tela, cujo levantamento dos valores do mercado estimados consta refletido neste ETP.

A contratação visa a solução imediata do problema/necessidade e demonstra-se como o único meio viável para a resolução, garantindo a continuidade da prestação de serviço, com coleta, pesagem e lavagem das roupas HOSPITALARES, incluindo a entrega das roupas limpas e embaladas individualmente com identificação de natureza e tamanho. A roupa processada é de propriedade da CONTRATANTE.

Os serviços deverão ser prestados em dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, nos horários definidos pela contratante, de forma a não interferir nas atividades da unidade.

7. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021)

Estima-se para este processo licitatório o valor de R\$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).

**8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021)**

A Unidade de Pronto Atendimento (UPA – 24 horas) é considerada como serviço essencial insuscetível de qualquer tipo de paralisação, conforme disposição do art. 10, inciso II, da Lei 7.783, de 28 de junho de 1989 (Dispõe sobre o serviço de greve, define as atividades essenciais, regula o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade). Insta frisar que a Unidade mantém atendimento 100% pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A contratação em tela preverá a prestação de serviços, sob demanda, de lavanderia, compreendendo: lavagem, secagem e passagem, conforme especificações e quantidades estabelecidos no TR. Faz parte da estrutura funcional do ambiente hospitalar, o Setor de Lavanderia, porém a estrutura da mesma não comporta a demanda de roupas utilizadas.

A prestação de serviços de lavanderia hospitalar realizar-se-á mediante a utilização das dependências da Contratada (lavanderia externa), onde a roupa será processada e entregue.

O objeto inclui a coleta e o transporte da roupa suja da Unidade até as dependências da Contratada, o recebimento e a lavagem da roupa suja na lavanderia, a secagem e a calandragem da roupa limpa, a separação e o transporte da roupa limpa à rouparia da Unidade.

A Contratada deverá possuir lavanderia própria para processamento da roupa e ser dotada de condições necessárias para suprir as necessidades de desinfecção, higienização, acondicionamento e guarda de toda a roupa processada, de modo a garantir a qualidade dos serviços prestados, bem como a remoção e a entrega da roupa por meio de veículos adequados.

A presente contratação adotará como regime de execução de Empreitada por Preço Unitário.

O objeto dessa contratação é classificado como serviço comum, pois possui especificações usuais de mercado e padrões de desempenho e qualidade definidas em Edital, nos termos do art. 6º, XIII, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Tendo em vista as análises acima, temos clara que a solução que melhor atende às necessidades da Administração é a contratação por meio de Pregão Eletrônico.

Em termos de justificativa econômica, não há alternativas menos dispendiosas para atender o interesse da Administração que não a contratação de pessoal terceirizado.

As despesas para a contratação serão lastreadas em consultas de preço de contratações semelhantes de outros órgãos, de preços do Painel de Preços e ainda em função da Convenção Coletiva de Trabalho de cada profissão.

Após a definição de preços de referência, a contratação ainda será conduzida com ampla participação, o que trará amplo interesse de profissionais capacitados que fará com que as demandas deste município sejam atendidas.

Para isto, conclui-se que a contratação de empresa especializada para prestação deste tipo de serviço sob demanda é a melhor forma de suprir esta necessidade de forma eficaz e com bom aproveitamento dos recursos públicos.



9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021)

Pretende-se realizar a contratação de empresa para prestação de serviço de lavanderia para manter roupas higienizadas conforme a necessidade da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas, neste caso não há parcelamento. O contrato será executado por uma única empresa de forma fracionada durante o período de vigência, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde.

10. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021)

Diante das análises deste ETP, pretende-se manter o bom funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento, através da contratação de empresa para prestação de serviço de lavanderia, à assistência direta ou indireta ao paciente e servidores da saúde.

Evitando infecção, contaminação de pacientes e servidores no processamento de roupas dentro das Unidade de Pronto Atendimento-UPA; racionalização de tempo e material; redução dos custos operacionais; atendimento das normas técnicas de processamento de roupa de uso hospitalar estabelecidas pela ANVISA; controle eficiente no monitoramento dos agentes biológicos; atendimento das regras do “Manual de Processamento de Roupas de Serviços de Saúde – Prevenção e Controle de Riscos” e da Resolução RDC nº 6 de 30/01/2012 da ANVISA.

A Administração obterá ganhos com a contratação posto que as atividades a serem desenvolvidas na contratação gerarão benefícios ao órgão que, por seu turno, será mais efetivo no desenvolvimento da prestação do serviço público.

11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

A Unidade já possui local estruturado para retirada das roupas sujas (expurgo) e entrega das roupas limpas (rouparia) não sendo necessária mais nenhuma providência.

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal e suplente designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual. Devido à natureza do objeto não será necessário acompanhamento de Fiscal Técnico.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Andrea Regina Pellin Cagnini
Fiscal de Recebimento/Execução:	Rafael Rugerio Dutra
Suplentes:	Amanda Cristina de Assis Rosa

**12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)**

Para manter o funcionamento e atendimento da Unidade de Pronto Atendimento - UPA 24 horas, o Município de Dois Vizinhos possui pessoal efetivo no atendimento administrativo, de enfermagem, de limpeza, entre outros que se fizerem necessários. Diante do mencionado não há contratações interdependentes, somente correlatas que não abrange o objeto.

13. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021)

Não foi observado impacto ambiental relevante para presente contratação, entretanto a contratada deverá observar os critérios de sustentabilidade presente na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010 do Governo Federal. Também deverá estar de acordo com as disposições a seguir:

- a) O detergente em pó a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir composição que respeite os limites de concentração máxima de fósforo admitidos na Resolução CONAMA nº 359, de 29/04/2005, e legislações correlatas;
- b) Os produtos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar previamente notificados/registrados na ANVISA, conforme as seguintes legislações: Lei nº 6.360/76; Decreto nº 8.077/2013; Resolução da ANVISA nº 40/2008; Resolução da ANVISA nº 59/2010; e outras legislações correlatas.

Preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

14. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021)

A contratação dos serviços de lavanderia é necessária devido à incapacidade da estrutura atual da unidade em lidar com o volume de roupas utilizadas. Além disso, busca-se reduzir os custos com recursos humanos, água e energia, bem como com sacos plásticos e produtos químicos para higienização do enxoval.

A prestação continuada desses serviços permitirá atender adequadamente os profissionais e pacientes, fornecendo itens higienizados, livres de bactérias e fungos, e devidamente conservados, o que prolongará a vida útil das peças.

Com base nas informações apresentadas, conclui-se pela viabilidade e necessidade da contratação de uma empresa especializada para prestação de



serviços de lavanderia, na modalidade sugerida, a fim de garantir e manter o atendimento eficaz na Unidade de urgência/emergência.

15. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VII - o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

A contratação será realizada por meio de processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, por MENOR PREÇO, com prestação imediata, na forma continuada.

16. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso VIII - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico;
- Critério de julgamento: menor preço;
- Modo de disputa: O modo de disputa será aberto e fechado, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes;

17. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso IX - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

Não se aplica.

18. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso X - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

A análise de risco encontra-se anexa ao processo.

19. Conforme disposto na Lei 14.133/2021 em seu Art. 18, é necessário informar o exigido no inciso XI - a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação, observado o Art. 24 da Lei 14133/2021. Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso: I - o sigilo não prevalecerá



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

para os órgãos de controle interno e externo; Parágrafo único. Na hipótese de licitação em que for adotado o critério de julgamento por maior desconto, o preço estimado ou o máximo aceitável constará do edital da licitação.

O custo estimado da contratação não possui caráter sigiloso e será tornado público, conforme artigo 24, § 1, inciso VI da LEI Nº 13.019/2014.

Dois Vizinhos, 08 de agosto de 2024.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Área requisitante

Matrícula Funcional 17949-1